



CRISE CIVILIZATÓRIA: contribuições da extrema direita

Ilse Gomes Silva¹

Resumo

O artigo analisa a crise civilizatória e as contribuições da extrema direita no processo constituinte dessa crise. O caráter multidimensional e sistêmico dessa crise expressa o quanto a humanidade e o planeta terra estão esgotados e a vida em risco de extinção. A crise civilizatória, oriunda do esgotamento dos recursos naturais do planeta, da expansão dos conflitos bélicos entre os Estados nacionais, da intolerância religiosa, das violências provocadas pelo racismo, pelo feminicídio e pela xenofobia, condena milhões de pessoas a uma situação de total exclusão do mínimo necessário à vida. O sinal amarelo foi acionado, o alerta de destruição está expresso na revolta da natureza, na ruptura dos laços de solidariedade, na banalização do mal, no abandono das alternativas coletivas e na desesperança em um mundo melhor.

Palavras-chave: Crise civilizatória; extrema direita; fascismo.

CIVILIZATION CRISIS: contributions from the extreme right

Abstract

The article analyses the civilizational crisis and the contributions of the extreme right in the constituent process of this crisis. The multidimensional and systemic nature of this crisis expresses how exhausted humanity and the planet Earth are and how life is at risk of extinction. The crisis of civilization, arising from the depletion of the planet's natural resources, the expansion of war conflicts between national states, religious intolerance, violence caused by racism, femicide and xenophobia, condemns millions of people to a situation of total exclusion from the minimum necessary life. The yellow signal has been triggered, the warning of destruction is expressed in the revolt of nature, in the rupture of the bonds of solidarity, the banalization of evil, the abandonment of collective alternatives and the despair in a better world.

Keywords: Civilization crisis; extreme right; fascism

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 14/04/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28nEp.2024.4>

¹ Professora titular da Universidade Federal do Maranhão da área de Ciência Política, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. E-mail: ilse.gomes@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, o debate sobre a barbárie e a crise civilizatória se intensificou diante do esgotamento dos recursos naturais do planeta, da expansão dos conflitos bélicos, do aumento da concentração de renda e da pobreza, do crescimento de grupos e governos com perfil neofascista e dos riscos de a humanidade perecer — seja pelas guerras, seja pelo modelo de desenvolvimento, seja por alguma pandemia e pelo rompimento dos laços de solidariedade.

A relação civilização e barbárie como dois polos em oposição antagônica remonta aos tempos gregos, quando povos não-gregos eram identificados como bárbaros. Nos tempos modernos, esses termos foram assumidos pela tradição iluminista e problematizados pela esquerda. Para os iluministas, a modernidade seria portadora do “processo civilizador”, no qual a violência individual seria deslocada para o Estado enquanto portador da legitimidade do uso da violência e da coesão física. Entretanto, em nome do “processo civilizador”, as chamadas nações civilizadas condenaram inúmeros povos — principalmente das Américas, da África e da Oceania — a processos violentos e genocidas de colonização, com métodos desumanos de exploração e dominação. A disputa pelo controle das fontes de energia, dos recursos naturais e minerais e pelo poder político colocou o planeta em risco pela explosão de guerras em todos os continentes. Portanto, o chamado processo civilizatório contém e conteve atos de extrema barbárie.

A história moderna, depois da conquista das Américas, parece uma sucessão de atos desse gênero: o massacre de indígenas das Américas, o tráfico negreiro, as guerras coloniais. Trata-se de uma barbárie “civilizada”, isto é conduzida pelos impérios coloniais economicamente mais avançados (LOWY, 2000, p. 47).

Marx, no século XIX, desmistificou o chamado “processo civilizador da modernidade” ao demonstrar a relação do modo de produção capitalista em seu processo de acumulação de capital com as práticas de barbárie. O sistema capitalista, em seu processo de produção de mercadoria, ao mesmo tempo em que aumenta a lucratividade, intensifica os processos de exploração, de opressão, de humilhação da classe trabalhadora e de destruição da natureza.

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra. [...] Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. [...] a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirologio dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade,

liberdade e independência individuais. [...]. Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. [...]. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2013, p. 702-703).

O século XX sofreu com duas guerras mundiais que elevaram as práticas da barbárie em níveis que alertaram a humanidade para os riscos que o planeta e a relação entre os povos estavam sujeitos. Câmaras de gás foram construídas para eliminação em massa no regime fascista; bombas atômicas foram usadas contra populações civis indefesas pelos EUA, como em Hiroshima, e conflitos étnicos resultaram em genocídio de povos, como em Ruanda. Até a década de 1980, se vislumbrava o socialismo como alternativa à barbárie; no entanto, no final do século XX, com a derrota da perspectiva política ideológica do socialismo, a barbárie, engendrada pela política dos países imperialistas, não encontrou mais obstáculos para se apresentar como horizonte da humanidade.

As atrocidades de massa, tecnologicamente aperfeiçoadas e burocraticamente organizadas, pertencem unicamente à nossa civilização industrial avançada. Auschwitz e Hiroshima não são mais 'regressões': são crimes irremediavelmente e exclusivamente modernos (LOWY, 2000, p. 55).

A crise civilizatória do século XXI adquire elementos novos porque atingiu um patamar de tempo presente, não é mais uma possibilidade, é uma realidade em curso presente em que toda a humanidade está sofrendo em seu cotidiano. O modo de produção capitalista consumiu os recursos naturais do planeta, condenando diversas espécies de seres vivos à morte; inclusive, os seres humanos e a política dos Estados imperialistas subjugarão outros Estados à destruição material e humanitária. Milhões de pessoas morrem todos os dias, vítimas dos conflitos bélicos cujos corpos jazem nos mares, nos desertos, em covas rasas ou sob escombros dos prédios tombados por bombas cada vez mais letais e com precisão cirúrgica.

Nos países governados pela direita e pela extrema direita, o neofascismo adentra a política de Estado em perfeita simbiose com o ultraliberalismo. O ultraliberalismo expande os indicadores de pobreza e de violência institucional, econômica e social. A vida dos(as) trabalhadores(as) está em risco permanente, devido aos processos de exploração do trabalho que levam à morte, ou, ainda, devido às políticas governamentais genocidas — que promovem o extermínio da comunidade negra da periferia, pela ação da polícia, e da população indígena, com a exploração mineral, hídrica e florestal, como aconteceu no Brasil, principalmente nos anos do governo Bolsonaro.

O caráter sistêmico da atual crise civilizatória, que “se manifesta ao longo de *toda a estrutura* da ordem do capital” (PAULO NETO, 2012), afeta toda a humanidade, embora seja mais agressiva nos países mais pobres e dependentes economicamente. A “crise sistêmica [...] não é uma

mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital” e atinge todas as dimensões da constituição dos seres humanos e do sujeito político (PAULO NETO, 2012, p. 415). “O exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital, em todos os níveis da vida social, a ordem tardia do capital não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores e mesmo para a humanidade” (PAULO NETO, 2012, p. 426).

As várias dimensões dessa crise possuem relações de complementariedade. A dimensão mais visível hoje é a destruição do meio ambiente, cujas consequências afetam indistintamente todos os seres humanos e todo o planeta. A dimensão social da crise provocada pela grande concentração de renda condena milhões de pessoas a sofrerem a humilhação de passar fome e não ter acesso ao mínimo necessário para a sobrevivência e para viver dignamente como seres humanos. A dimensão bélica transforma vários povos em multidões de exilados, que, em busca de sobrevivência, são obrigados a fugir dos seus países e a ser humilhados em terras estranhas. O planeta vive em guerra permanente. A disputa imperialista dos EUA, com suas 865 bases militares em 130 países aliados, utiliza a guerra como estratégia de manter o seu domínio sobre os demais países. Outra estratégia de domínio, utilizada principalmente na América Latina, são as chamadas guerras híbridas, nas quais promovem a derrubada ou a desestabilização de governos não alinhados aos EUA. A dimensão sanitária unificou todos no sofrimento com a proximidade da morte pela covid-19. E, por fim, há a dimensão da crise política, que tratarei aqui como expressão do crescimento da extrema direita.

2 A EXTREMA DIREITA RETORNA À CENA POLÍTICA

A extrema direita e o projeto neofascista se reaperentaram como força política mundial no início do século XXI, ao conquistar o apoio do eleitorado europeu para suas propostas e ao eleger deputados ou participar de governos em vários países. Lowy (2015) foi um dos intelectuais que levantou a preocupação com a ampliação dos votos da extrema direita em eleições europeias, identificando que esse fenômeno não tinha precedentes desde a década de 1930.

Em muitos países, a direita xenófoba já havia obtido entre 10% e 20% dos votos durante a última década; em 2014, em três países (Reino Unido, Dinamarca, França) alcançaram de 25% a 30%. Além disso, sua influência é maior do que o seu próprio eleitorado: suas ideias contaminam também a direita “clássica” e até parte da esquerda social neoliberal (LOWY, 2015, p. 653).

Fora da Europa, a eleição de Donald Trump nos EUA, em 2016, e de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018, indicou que o discurso ultraliberal, xenófobo, racista e misógino tinha se expandido e se transnacionalizado. Trump realizou uma campanha com as pautas principais da extrema direita:

criminalização da imigração, negação da ciência e dos efeitos do desenvolvimento no clima do planeta, contra qualquer política de preservação do meio ambiente e ataque aos direitos humanos, principalmente dos grupos LGBTQIA+ e da população negra. Ele reforçou a pauta nacionalista, armamentista e imperialista de intervenção na soberania de Estados nacionais na América Latina, na África e no Oriente Médio. Jair Bolsonaro se espelha em Trump ao adotar, em sua campanha e no seu governo, os principais eixos da pauta da extrema direita, adaptando-os ao contexto sociopolítico do Brasil.

As condições sociopolíticas que contribuíram para o retorno da extrema direita e do projeto fascista à cena política são múltiplas e contraditórias; suas consequências incidem diretamente na crise civilizatória na qual estamos mergulhados. Indicar historicamente o momento em que a crise se agudizou não é uma tarefa fácil. A maioria dos analistas situa a crise econômica das décadas de 1970 e 1980 como um importante marco, a partir do qual o capitalismo entra em ciclos de crises cada vez mais recorrentes e sofre profundas transformações nas dimensões econômicas, políticas e ideológicas.

As ações no mundo do trabalho reorganizaram não apenas os processos de trabalho mas também as formas e a força de enfrentamento da classe trabalhadora às crises. A estratégia do neoliberalismo de flexibilização dos processos de produção, de desregulamentação das relações de trabalho e de privatização dos serviços públicos cingiu e fragmentou a classe trabalhadora. O desemprego, o rebaixamento dos salários e o desmonte dos sistemas de proteção social fragilizou as entidades sindicais que perderam base de apoio social e político e entraram em fase defensiva no processo de luta de classes. No século XXI, as crises dos anos de 2008 e 2009 abalaram ainda mais a economia capitalista, aumentando a precarização da vida e a pobreza do trabalhador, ampliando os conflitos entre os Estados nacionais, e exaurindo os recursos naturais da terra, de modo que chegamos em 2024 com sérios riscos de extinção da vida em nosso planeta (ANTUNES, 2002, 2009, 2018, 2022; PAULO NETO, 2012; HARVEY, 2012).

A identidade sindical/partidária construída nos processos de enfrentamento contra o capital ao longo dos séculos se alterou profundamente após décadas de precarização das condições de vida, de destruição dos sindicatos e de apagamento de projetos societários alternativos ao capitalismo, de modo que hoje a extrema direita conquista parte dessa classe operária e demais camadas da classe trabalhadora para o seu projeto sociopolítico de destruição das relações de solidariedade e da vida do planeta. O sistema capitalista com suas sucessivas crises e as respectivas alternativas adotadas para o seu enfrentamento acentuaram “sua tendência destrutiva e praticamente fez desaparecer qualquer perspectiva de um mundo com traços de humanidade e coágulos de civilidade” (ANTUNES, 2022, p. 2).

É neste cenário de esgotamento das possibilidades civilizatórias do capital que a extrema direita se recoloca na cena política, como constitutiva da alternativa da burguesia para submeter a classe trabalhadora aos interesses do capital. O projeto político ideológico da extrema direita é de caráter fascista que promove a destruição do projeto civilizatório que se construiu ao longo dos últimos três séculos, cuja classe trabalhadora foi protagonista de lutas. A extrema direita no século XXI adquiriu uma dimensão transnacional, com entidades e fóruns de discussão, articulação e unificação das estratégias e das pautas de mobilização. Possui características organizacionais diferenciadas das experiências da década de 1930, entretanto sua plataforma política e ideológica se mantém semelhante às práticas fascistas que desencadearam os processos de violência e extermínio em massa no século XX.

Em cada formação social, há versões adaptadas ao contexto sócio-histórico de cada Estado nacional. A extrema direita tem uma unidade ideológica que está expressa nos temas que orientam a prática política dos partidos políticos e dos grupos ou movimentos. Os temas predominantes em seus discursos e em seu programa político giram em torno da defesa da lei, da ordem, da pátria, da família e da religião cristã/judaica. Esses temas estão contidos nas propostas de cunho nacionalistas, xenófobas, racistas, misóginas e LGBTfóbicas. Uma política pautada no ódio, no culto às armas, na agressão e repressão às expressões da diferença de raça, gênero, etnia, cultura, religião, aos direitos humanos e sociais e às instituições da democracia liberal. A extrema direita combina política e religião numa perspectiva de reascender uma guerra santa contra um projeto emancipatório.

A experiência de fascismo do século XX nos assombra novamente com novas roupagens neste início do século XXI, e nos ensina que não podemos subestimar o seu poder de destruição da humanidade. A prática política da extrema direita materializa um projeto societário de extermínio de grupos sociais em uma situação de barbárie, em que pese suas tentativas de se afastar das experiências fascistas mundialmente condenadas das décadas de 1930 e 1940.

[...] a verdade é que o uso do mito da nação como sucedâneo da autêntica comunidade humana pela qual as pessoas anseiam é uma característica essencial do fascismo e se manifesta em todos os movimentos desse tipo, independentemente dos países em que se realizam e independentemente das formas particulares que assumem (KONDER, 1977, p. 16).

Quando a extrema direita assume o governo ou tem força política no parlamento (a exemplo do Brasil, EUA, Hungria, Bolívia, Chile, Espanha, Itália, Suécia, Israel, para citar apenas alguns), a destruição das instituições da democracia liberal e do sistema de proteção social e a implementação de políticas ultraliberais se tornam uma realidade angustiante para toda a população. O discurso nacionalista em defesa da pátria idealiza um hipotético passado de glória, geralmente referente ao período de domínio colonial ou de regime autoritário, condena os imigrantes a sofrerem

sob a repressão policial, o preconceito etnocultural e religioso, ou à morte no mar mediterrâneo ou no deserto da fronteira dos Estados Unidos com o México.

A política econômica e social ultraliberal destrói o sistema de proteção social, desvaloriza os salários, aumenta o desemprego e condena milhões à fome. A extrema direita responsabiliza o Estado e os investimentos em políticas sociais pelas crises econômicas. Considera que os contribuintes e os empresários são penalizados pela carga de impostos e pela legislação trabalhista. O Estado concebido pela extrema direita deve ser reduzido em sua capacidade de implementar políticas sociais, deve se retirar da função de prestador de serviços públicos, gratuitos e universais e os transferir para a iniciativa privada. Nesse Estado, os cidadãos perdem a condição de sujeito de direitos e assumem a condição de consumidor. Para ter acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, terão que pagar através do recebimento do chamado cheque-saúde e cheque-educação. O programa do partido CHEGA, de extrema direita de Portugal, é um exemplo que podemos destacar.

Defende-se o afastamento decidido do modelo do Estado Social e do regresso ao Estado Arbitral, ou seja: que ao Estado não compete dar ou retirar, mas arbitrar. Ao Estado não compete tirar aos ricos para dar aos pobres, mas criar as condições para que todos possam ser mais ricos. [...]. A única benesse exigível ao Estado é a de que não interfira fora da esfera das suas funções soberanas e arbitrais: Outorgando ou retirando incentivos ou subsídios, apoios ou benefícios (fiscais ou de qualquer outra ordem), ou oferecendo, gratuitamente, bens ou serviços existentes no mercado, o Estado está a comprometer, de forma irremediável a sua função arbitral, razão exacta da sua existência. Assim sendo,

a. O princípio universal haverá de ser o do utilizador-pagador, ou seja, quem usufrui de bens ou serviços, qualquer que seja o seu produtor ou prestador, terá de os pagar, salvaguardando, mais uma vez se sublinha, os casos de absoluta, óbvia e provada incapacidade para uma normal subsistência. [...] O princípio do utilizador-pagador reúne, em si, duas notórias vantagens: eficiência económica e equidade social.

b. Transitoriamente e durante um período de adaptação — que deverá ser gradual mas rápido — a essa regra, o princípio geral a ser seguido pelo Estado deverá ser o de subsidiar o utilizador dos serviços, jamais a instituição que os presta (Escolas, Hospitais, Segurança Social...). Cheque-Educação, Cheque — Saúde, Cheque-Habituação serão a única forma de, desde logo, racionalizar os custos do Estado nesta área garantindo, em contrapartida, uma muito melhor qualidade e eficiência na prestação da globalidade desses serviços (PROGRAMA POLÍTICO 2019, online).

O desmonte do sistema de proteção social, somado aos processos de concentração do capital e aos conflitos bélicos, torna a sobrevivência de grande parte da população do planeta insustentável. Segundo relatório da OXFAM Brasil¹, mundialmente a concentração de renda aumentou; os dados mostram que os 1% mais rico se apropriam de quase 2/3 de toda a riqueza gerada desde 2020. A riqueza cresceu e se concentrou em poucas pessoas, enquanto a extrema pobreza e a pobreza também cresceram e se ampliaram para todas as regiões do planeta. Dados do IBGE² mostram que no Brasil “em 2021, considerando-se as linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial, cerca de 62,5 milhões de pessoas (ou 29,4% da população do país) estavam na pobreza. Entre estas, 17,9 milhões (ou 8,4% da população) estavam na extrema pobreza”. No Dia Internacional para a

Erradicação da Pobreza³, 17 de outubro de 2023, a ONU divulgou que “mais de um bilhão de pessoas são privados de necessidades básicas como alimentação, água, assistência médica e educação. Outros bilhões não têm saneamento básico e acesso à energia, empregos, moradia e redes de proteção social”.

No que diz respeito ao meio ambiente, a extrema direita toma o caminho da negação da crise ambiental, enquanto empreende uma política que favorece a ampliação da destruição dos biomas e da violência e até mesmo genocídio contra os povos indígenas ou tradicionais, que atuam como guardiões das florestas e dos rios. As Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas⁴ não têm alcançado força política capaz de mudar as ações dos países em direção a mudanças das matrizes energéticas poluentes e de proteção do meio ambiente, apesar do diagnóstico nefasto da situação de perigo do planeta. Embora concordem que se vive “um cenário de eventos climáticos extremos em todo o mundo, [...] e dados mostrando que o mundo não está fazendo o suficiente para combater as emissões de carbono e proteger o futuro do planeta”, os países centrais não se mostram dispostos a implementar políticas que realmente reduzam o atual processo de degradação do planeta. Os EUA têm se negado a assinar protocolos ou recomendações que impliquem na diminuição dos processos poluentes. Abandonaram o protocolo de Kyoto⁵ em 2001, alegando que as medidas recomendadas comprometeriam sua economia nacional, e, durante o governo de Donald Trump, o país se negou a cumprir o Acordo de Paris⁶.

O posicionamento dos governantes da extrema direita tem sido contrário a qualquer acordo que oriente para o cuidado com o meio ambiente e para a redução dos processos poluentes. Bolsonaro, por exemplo, não assinou o documento de compromisso da COP26⁷, assim como EUA e China. A política ambiental do então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, foi de facilitar a ação do agronegócio no desmatamento da floresta amazônica, do cerrado e dos demais biomas brasileiros, na ampliação do uso de agrotóxicos e na abertura de garimpos na Amazônia, provocando a morte de indígenas por fome, doenças e assassinatos.

[...] o governo Bolsonaro representa uma regressão da política e liderança ambiental do Brasil. É possível identificar cinco dimensões que sintetizam a sua política ambiental: esvaziamento das competências de órgãos ligados à regulação e fiscalização ambiental e extinção de instâncias organizacionais relacionadas ao meio ambiente; perseguição a indivíduos e grupos com posicionamentos contrários ao governo na pauta ambiental; exclusão de setores não governamentais da formulação de políticas ambientais; retorno da obsessão pela questão Amazônica; e enfraquecimento do envolvimento do país nos compromissos internacionais relacionados ao meio ambiente (OLIVEIRA NETO, 2022, p. 73).

A crise climática que o planeta está sofrendo, em virtude do destrutivo modelo de desenvolvimento capitalista e da falta de investimentos governamentais em saneamento básico, em universalidade de acesso a água potável e em políticas de proteção e educação ambiental, afeta todas

as classes sociais. Entretanto, quem sofre com a falta de alimentos, com os efeitos da desertificação dos solos, das inundações, dos incêndios nas florestas, da erosão do solo e do aumento do nível do mar são as camadas mais empobrecidas, que perdem suas casas, suas lavouras e sofrem com as epidemias e a fome. Dados das Nações Unidas⁸ indicam que “na última década (2010-2019), eventos relacionados ao clima provocaram o deslocamento estimado de, em média, 23.1 milhões de pessoas por ano, deixando muitos mais vulneráveis à pobreza”. Estas pessoas compõem a maioria dos refugiados que se deslocam para outras regiões ou países em uma marcha permanente e sofrida em busca de condições de sobrevivência, fogem da fome e muitas vezes encontram a morte pela violência das forças repressoras dos países que se negam a recebê-los.

Um outro fator de violência e morte da população empobrecida é o caráter militarizado, bélico, racista e homofóbico da prática política da extrema direita. A indústria das armas, o acesso facilitado, o uso indiscriminado em ambientes diversos, inclusive doméstico, alimentam os indicadores de violência e de morte contra os sujeitos fragilizados pela renda, pela etnia, pela orientação sexual ou pelo gênero.

Nesse cenário de descontrole, a presença de armas em ambientes de violência direta (intrafamiliar, como na violência doméstica, urbana ou mesmo em situações que transcendem fronteiras, no cenário internacional) interfere profundamente na irreversibilidade dos impactos da violência. As lesões permanentes e as mortes simplesmente não podem ser reconstruídas, e somam-se a isso o impacto psicológico de longo prazo nos grupos vinculados às vítimas e o custo econômico, que acaba sendo compartilhado com toda a sociedade, ultrapassando as cifras dos trilhões de dólares (VIEIRA, s.d. online).

A extrema direita projeta uma sociedade movida pelo medo e pelo ódio, cuja alternativa de superação deste medo é a eliminação dos sujeitos e das ideias que ameaçam o projeto societário da extrema direita. A sociedade é fraturada entre duas metades irreconciliáveis e sem mediação — o “nós” e o “eles”. O “eles” é o inimigo construído na batalha entre o “bem” e o “mal”, na qual são nomeados e tatuados para serem eliminados pelos chamados “cidadãos de bem”. O “eles” são os imigrantes, os muçulmanos, os negros, os indígenas, os dependentes químicos, os pobres, os intelectuais de esquerda, os militantes de movimentos sociais de esquerda, as minorias étnicas, como os ciganos em Portugal, dentre outros. Nesse processo, se levantam, dos porões das ditaduras, das fileiras das forças armadas, dos templos das religiões fundamentalistas e dos grupos fascistas, os sujeitos que irão liderar os exércitos dos “cidadãos de bem” contra as “forças do mal”.

A luta de classes é transfigurada em luta pela moral, pelos costumes, pela defesa da religião judaico-cristã, pela pátria, pela segurança nacional e pela família. A concepção de vida da extrema direita passa pela morte. Morte às florestas e aos indígenas para que o agronegócio e o garimpo tenham lucro. Morte da ciência para que o negacionismo tenha vida. Morte da classe trabalhadora, principalmente daqueles que moram nas favelas, seja pela fome, seja pelo fuzil das

forças da repressão estatal ou do crime organizado, para que o mundo militarizado, hierarquizado e patriarcal domine o cotidiano de todos.

Nossa hipótese é a de que certos regimes de produção de subjetividades binárias e antagonicas, aliados às condições históricas de dominação, implicam fortalecimento e incremento de estratégias e tecnologias de controle social. Diante de uma sociedade racista, patriarcal e etnocida, estruturada para favorecer os proprietários e as velhas e novas oligarquias, experimentam-se modos de anular ou de destruir qualquer prática de resistência (TELES, 2018, p. 66).

O mundo projetado pela extrema direita tem no medo a subjetividade que orienta a prática política de controle social e de hegemonia. Um ciclo que leva o sujeito que sofre a violência social e policial a requerer ainda mais controle policial. Esse sujeito se torna aprisionado, sua resistência é anulada pela situação de insegurança e de ameaça que vive no seu cotidiano.

Faz-se necessário a disseminação de subjetividades agressivas, seja qual for o alvo (podendo até mesmo ser o próprio Estado ou a própria ordem), para se manter o discurso da militarização e pacificação. Há nesse processo a eficaz estruturação de uma sociedade de controle, disciplinamento e punição, cujo cidadão, domesticado e submisso, deve se tornar ainda mais produtivo e ser anulado enquanto potência transformadora (TELES, 2018, p. 68).

Na sociedade hegemonizada pela extrema direita, o direito à vida cabe apenas ao grupo que constitui o “nós”, enquanto os sujeitos constituídos e qualificados como “eles” são anulados na sua condição de cidadãos, uma vez que seus corpos e suas mentes são controlados, que a ação e organização política é limitada e reprimida, e que o acesso a políticas sociais universalizantes e gratuitas como educação e saúde é mercantilizado.

O caráter transnacional da extrema direita forjou uma rede de apoio político e financeiro internacionalizado de formação de entidades e organização de fóruns, nos quais são definidas as estratégias de intervenção no cenário eleitoral, as fontes de financiamento e a formação de lideranças. Na Europa, foram formadas entidades com a Aliança Europeia de Movimentos Nacionais⁹ (AMNE), o grupo Identidade e Democracia¹⁰ em 2019, a Aliança pela Paz e a Liberdade¹¹ e a Aliança Europeia pela Liberdade¹². Em todos os continentes, há organização de encontros internacionais onde se estreitam os laços entre as lideranças. Podemos citar como exemplo o Foro de Madrid, a CPAC¹³ – Conferência de Ação Política Conservadora, as reuniões do grupo Identidade e Democracia (LÖWY, 2015, 2019; CANELA, 2019; MARCHI, 2011, RYDGREN, 2007, 2017, MUDDE, 2020).

A prática política da extrema direita é coordenada e articulada mundialmente. O programa político e o discurso estão orientados pela ideologia fascista, que tem, no nacionalismo, na política de ódio contra grupos sociais, na militarização do cotidiano, na valorização da família, da religião e no partido forte, eixos fundantes de sua prática.

3 CONCLUSÃO

A extrema direita cresce eleitoralmente e avança politicamente, enquanto destrói a democracia; seu projeto societário, de caráter fascista, conquista as mentes e os corações de parte da classe trabalhadora. O sinal amarelo foi acionado, o alerta de destruição está expresso na revolta da natureza, na ruptura dos laços de solidariedade, na banalização do mal, no avanço do fascismo, no aumento da desigualdade social, no abandono das alternativas coletivas e na desesperança em um mundo melhor.

A pandemia de covid-19, que assolou o planeta em 2020, sujeitou indistintamente todos ao risco da morte; entretanto, o impacto sobre as classes sociais ocorreu de modo muito diverso e as ações de combate ao vírus e de proteção dos grupos sociais mais fragilizados variou de acordo com o perfil político dos partidos que estavam a frente dos governos dos Estados Nacionais. A classe trabalhadora foi a que mais sofreu pelas péssimas condições de vida que se tornaram mais visíveis com a pandemia: moradias inadequadas e sem acesso a água potável e a saneamento básico, baixa renda familiar e instabilidade no emprego. Muitos ficaram desempregados e expostos ao vírus pela necessidade de sobrevivência, pelo sucateamento de serviços públicos de saúde, entre outros.

O discurso da solidariedade dominou o ambiente de medo, principalmente dos profissionais de saúde, que arriscaram suas vidas para salvar outras; mas, quando projetamos o foco da câmera para o capital e para os governos de extrema direita, as medidas foram de mercantilização da vida, negacionismo da ciência e falta de empatia com os familiares que perderam entes queridos.

A esquerda não pode subestimar a potencialidade do neofascismo de conquistar as massas. É necessário aprofundar os estudos sobre a extrema direita, conhecer para enfrentar. As condições históricas são distintas, as formas de organização dos atuais partidos de extrema direita estão adaptadas às exigências dos regimes da democracia representativa e ao avanço da tecnologia digital e das redes sociais. As especificidades de cada país e a correlação de forças entre as classes e frações de classes moldam a ação dos grupos e partidos de extrema direita, que, neste momento, estão conquistando uma nova geração, desencantada com as potencialidades da democracia burguesa, atomizada, destituída de vínculos coletivos e solitários, sem horizontes para sonhar com emprego e vida digna.

Rosa Luxemburgo, em 1914, alertou o mundo para a barbárie engendrada na disputa imperialista entre os Estados nacionais que resultaram na Primeira Guerra Mundial, responsável pela morte de cerca de 22 milhões de pessoas e outros 23 milhões de feridos¹⁴. Citando Engels, Rosa Luxemburgo traz para o debate o dilema da sociedade burguesa que opera no fio da navalha entre

[...] a passagem ao socialismo ou a regressão à barbárie. O que significa 'regressão à barbárie' no nível atual da civilização europeia? Até hoje todos nós lemos e repetimos essas palavras sem pensar, sem ter ideia de sua terrível gravidade. Se olharmos à nossa volta neste momento, veremos o que significa a regressão da sociedade burguesa à barbárie. Esta guerra mundial é uma regressão à barbárie. O triunfo do imperialismo leva ao aniquilamento da civilização — esporadicamente enquanto durar uma guerra moderna e, definitivamente, se o período das guerras mundiais que está começando continuar sem obstáculos até suas últimas consequências (LUXEMBURGO, 2018, p. 142-143).

A guerra do Estado de Israel contra o povo palestino, iniciada em outubro de 2023 é o exemplo mais recente da barbárie provocada pela política imperialista da extrema direita. O Estado de Israel, sob o comando do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, empreende um massacre ao povo palestino de caráter genocida que não tem comparação, no século XX, às maiores atrocidades cometidas contra outros povos, como o holocausto contra o povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial, como o ataque dos hutus em Ruanda que causou o genocídio dos tutsis em 1994, como o massacre do povo armênio pelo império Otomano no início da Primeira Guerra, como o regime de apartheid da África do Sul contra o povo negro, que durou de 1948 a 1994, e como a guerra contra o Vietnã pelos EUA entre 1959 a 1976. Lamentavelmente, ainda existem muitos outros massacres de povos que não se comparam aos praticados durante o período da colonização do continente americano.

Infelizmente, os 30.449¹⁵ palestinos mortos desde o início do conflito não têm sido suficientes para a grande imprensa internacional, para os órgãos multilaterais como a ONU e para os países centrais como os EUA pressionarem o governo de extrema direita de Israel a cessar os bombardeiros.

A máquina sionista de guerra e propaganda passou a operar em pleno vapor, acompanhada por seus aliados internacionais. A narrativa é de que Israel teria sido vítima de uma ofensiva terrorista e estaria exercendo o seu direito de legítima defesa. Israel seria a vítima resistindo bravamente à vilania do Hamas. Sob essa versão, as tropas sionistas desencadearam um massacre punitivo sem precedentes desde 1945, cancelado pelas potências sob a batuta da Casa Branca (ALTMAN, 2023, p. 16).

A classe trabalhadora não pode abandonar a luta contra o capital e contra seus representantes no campo da política, “a experiência histórica é sua única mestra” (Luxemburgo, 2018, p. 130). Os séculos de domínio do capital levaram o planeta à destruição e a humanidade a romper com os laços civilizatórios duramente construídos com os corpos dos(as) trabalhadores(as) que foram massacrados(as) e que tombaram nas trincheiras da luta por cidadania, democracia, solidariedade, sistemas de proteção social, autodeterminação dos povos, proteção das florestas, dentre outras. Resgatar a utopia em um mundo anticapitalista, socialista, sem exploração, sem opressão e sem humilhação é o grande desafio capaz de colocar no horizonte um mundo sem barbárie.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Breno. **Contra o sionismo**: retrato de uma doutrina colonial e racista. São Paulo: Alameda, 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. Crise do capitalismo e regressão social para a classe dos trabalhadores. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13840, 2022.
- CANELA, Joan. El drama es que Europa se polariza entre dos proyectos: el neoliberal de las élites y el de la extrema derecha» **DEBATS** Volumen 133/2 · 2019 DOI: 10.28939/iam.debats.133-2.8 ISSN 0212-0585 (impreso) ISSN 2530-3074 (digital).
- CHEGA. **Programa Político 2019**. Disponível em: <https://partidoChega.pt/programa-politico-2019>. Acesso em: jul. 2020.
- CASTRO, Audrey Gonçalves de. Bem vindo à ideologia do medo. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte-MG, n. 50, p. 59–66, dez. 2018
- LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.
- LÖWY, Michael. Barbárie e modernidade no XX. In: LÖWY, Michael; BENSALID, Daniel. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. Organização Isabel Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 125-150.
- KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. Rio de Janeiro: edições do Graal, 1977.
- MARCHI, Riccardo. Movimento Sociale Italiano, Alleanza Nazionale, Popolo della Libertà: do neofascismo ao pós-fascismo em Itália. **Análise Social**, v. XLVI (201), 2011, 697-717.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.
- MUDDE, Cas. **O regresso da ultradireita**: da direita radical à direita extremista. Lisboa, Editorial Presença, 2020.
- OLIVEIRA NETO, Barnabé Lucas de. Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25 n. 2, p. 59-80, maio/ago. 2022.
- PAULO NETO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

RYDGREN, Jens. The Sociology of the Radical Right. *Annual Review of Sociology*, 33, 2007, p. 241–262.

RYDGREN, Jens. Radical right-wing parties in Europe. What's populism got to do with it? *Journal of Language and Politics*, 16:4, 2017, p. 485–496.

VIEIRA, Gustavo Oliveira. Impactos humanitários do (des)controle das armas. Disponível em: <https://guiadefontes.msf.org.br/impactos-humanitarios-do-descontrole-de-armas/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGOS, Esther Solano. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 65-72.

Notas

¹ Ver reportagem da OXFAM em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-embolsou-quase-duas-vezes-a-riqueza-obtida-pelo-resto-do-mundo-nos-ultimos-dois-anos/>. Acesso em 03 de março de 2024.

² Ver reportagem em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Em%202021%2C%20considerando%2Dse%20as,popula%C3%A7%C3%A3o\)%20estavam%20na%20extrema%20pobreza](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Em%202021%2C%20considerando%2Dse%20as,popula%C3%A7%C3%A3o)%20estavam%20na%20extrema%20pobreza.). Acesso em 03 de março de 2024.

³ Ver reportagem em: <https://brasil.un.org/pt-br/249761-dia-internacional-para-erradica%C3%A7%C3%A3o-da-pobreza>. Acesso em 03 de março de 2024.

⁴ Veja as principais discussões das Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em <https://brasil.un.org/pt-br/205789-cop27-o-que-voc%C3%AA-precisa-saber-sobre-confer%C3%AAncia-do-clima-da-onu>. Acesso em 01 de março de 2024. <https://www.correiobraziliense.com.br/ciencia-e-saude/2023/12/6666127-onu-critica-lentidao-de-negociadores-na-conferencia-e-faz-cobranças.html>. Acesso em 01 de março de 2024.

⁵ O Protocolo de Kyoto foi elaborado em 1997, durante a III Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto#:~:text=Os%20Estados%20Unidos%2C%20um%20dos,pa%C3%ADses%20que%20assinaram%20o%20acordo>. Acesso em 02 de março de 2024.

⁶ Acordo de Paris foi firmado em 2015, e suas recomendações deveriam ser aplicadas em 2020. Ver reportagem em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/02/internacional/1496393721_751866.html. Acesso em 02 de março de 2024.

⁷ Ver reportagem sobre o posicionamento do Bolsonaro em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/cop26-brasil-estados-unidos-e-china-nao-assinam-acordo-para-zerar-energia-a-base-de-carvao>. Acesso em 02 de março de 2024.

⁸ Nações Unidas, documento “Causas e Efeitos das Mudanças Climáticas” divulgado em <https://www.un.org/pt/climatechange/science/causes-effects-climate-change>. Acesso em 02 de março de 2024.

⁹ Aliança Europeia de Movimentos Nacionais é um euro partido formado em 24 de outubro de 2009 por partidos de extrema direita. Ver reportagem em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/11/091112_direitaeuropa_rc. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

¹⁰ O grupo Identidade e Democracia é o antigo Movimento por uma Europa de Nações e Liberdades. Para um perfil do movimento, veja reportagem em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/05/28/portugal-convencao-do-movimento-europa-e-liberdade-mel-quer-abrir-caminho-para-a-extrema-direita-no-pais/> Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

¹¹ Ver reportagem em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/04/05/jean-marie-le-pen-se-une-a-alianca-neofascista-europeia.htm>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

¹² Aliança Europeia pela Liberdade (AFE, em inglês).

¹³ A CPAC – Conservative Political Action Conference foi criada nos EUA em 1973, e realiza eventos em todo o mundo. No Brasil, já houve dois eventos da CPAC (2019 e 2021) organizados por Eduardo Bolsonaro através do Instituto Conservador Liberal (ICL) do qual é o fundador. Veja mais em: <https://apublica.org/2023/08/eduardo-bolsonaro-teve-125-reunioes-com-membros-da-extrema-direita-do-continente/>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

¹⁴ Dados da Primeira Guerra Mundial podem ser encontrados em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mortos_na_Primeira_Guerra_Mundial. Consultado em 30 de março de 2024.

¹⁵ Ver reportagem no Poder360 em (<https://www.poder360.com.br/internacional/numero-de-palestinos-mortos-em-gaza-passa-de-30-000/>). Acesso em 30 de março de 2024.